A VIOLENCIA NA ESCOLA E OS REFLEXOS NA VIDA DO DOCENTE - O BULLYING

FLAVIA NERI ROSA

RESUMO

Este trabalho examina e discute a respeito da responsabilidade das escolas frente ao bullying sofrido por um aluno, buscando definir a responsabilização dos estabelecimentos de ensino, mostrando que a vítima tem direito à reparação. Como a instituição de ensino, tem por dever resguardar a integridade física e psicológica de seus alunos, mostra-se importante debater a natureza da responsabilidade civil das escolas por atos agressivos cometidos por seus alunos. O fenômeno bullying vem crescendo de forma desenfreada em nossa sociedade, causando dor e sofrimento psicológico em suas vítimas, não podendo ser encarado como algo inofensivo. Busca-se uma conclusão a partir da análise do ordenamento jurídico, procurando demonstrar que as consequências do bullying escolar afetam a todos os envolvidos, tornando-se necessário coibir a prática desse ato, e que, portanto, caberia demonstrar a possibilidade de se recorrer ao judiciário, visando à responsabilização civil dos estabelecimentos de ensino por atos de bullying nele praticados.

Palavras-chave: Responsabilidade das escolas, Bullying, Violência Escolar.

INTRODUÇÃO

Na década de 2000 o fenômeno do bullying ganhou projeção na mídia

nacional e internacional, sendo largamente difundido nos meios digitais, com a criação de inúmeros sites na internet sobre a temática – a palavra bullying retorna no buscador Google cerca de 12 milhões de páginas, sendo que apenas 2,5% delas são de sites em língua portuguesa. No Brasil o fenômeno é objeto de poucos estudos e, apenas recentemente, uma pesquisa nacional promovida pelo Ministério da Educação.

Abordou o tema, ainda que de forma indireta. A utilização do conceito

apresenta algumas fragilidades. O próprio termo bullying causa estranhamento nos ambientes acadêmico e escolar, por se tratar de uma importação pouco adaptada às questões próprias da violência no ambiente escolar brasileiro.

Como resultado, o bullying ainda não se encontra diferenciado no

fenômeno geral de violência entre pares, e os critérios que tecnicamente o destacam, que se referem à repetição do ato à falta de motivação evidente, são de difícil aferição objetiva. Nesse sentido, sua operacionalização conceitual exigiria uma consistência ainda não atingida. Por essa razão, o termo, que não tem correlato em português, é utilizado muitas vezes de modo equivocado, referindose a episódios de conflitos interpessoais entre estudantes, os quais não se caracterizam pelos critérios indicados.

No entanto, sua prática é imediatamente reconhecida e associada a

episódios de maus tratos na escola, fenômeno presente e conhecido de todos. Há, portanto, grande dificuldade em diferenciar o bullying de outras formas generalizadas de relações agressivas entre os alunos, em especial entre os adolescentes. Dessa forma, optou-se por se utilizar, ao longo da realização da pesquisa, o termo maus tratos para se referir aos atos violentos entre os estudantes fossem eles de natureza física, verbal, psicológica ou sexual.

Este estudo procura identificar e dar luz aos episódios de violência e

maus tratos entre pares no ambiente escolar, que, como se verá, traduzem uma cultura contemporânea em que as formas de relação social merecem novos cuidados, em especial dos gestores da educação. Através de dados quantitativos e qualitativos, este estudo buscou conhecer as situações de violência entre pares e de bullying em escolas brasileiras.

A metodologia empregada para sua elaboração foi a pesquisa

bibliográfica, ou seja, revisão da literatura, análise e compilação. Assim a pesquisa foi realizada a partir de buscas na literatura de obras referentes às temáticas: bullying, violência escolar, responsabilidade civil, estabelecimentos de ensino. De vital importância para a realização do estudo proposto, no sentido de formulações pessoais de conceitos e esclarecimentos, foram as opiniões expostas em livros, revistas, artigos e estudos publicados, inclusive na Internet.

Toda semana são noticiados casos de violência nas escolas

brasileiras. Infelizmente, o problema não é um exagero criado pela mídia, mas sim uma realidade enfrentada diariamente por milhares de professores das redes públicos e privada.

Dentre os casos mais comuns de violência, podemos citar as ameaças feitas por alunos a professores, sobretudo a respeito de baixo rendimento escolar. Uma nota abaixo da média nem sempre é entendida como um alerta para que o aluno melhore e estude com mais afinco: para muitos estudantes, a nota é compreendida como ofensa pessoal. Alguns ficam no enfrentamento verbal, en-

quanto outros partem para agressão física ou danos a bens do professor, sobretudo carros (pneus furados são os relatos mais comuns). Depredações a patrimônios da escola e arrombamentos de salas também integram o vasto rol de atitudes violentas no ambiente escolar. O tipo de violência mais comum, entretanto, se dá entre os próprios estudantes.

Apesar de a violência física estampar um número muito maior de manchetes, é a violência moral que mais assusta aos professores de todos os níveis de ensino, desde o Infantil ao Superior. Xingamentos, gestos obscenos, perturbações, indisciplina. Problemas que atrapalham o andamento das atividades pedagógicas e os relacionamentos dentro da escola. Os casos de bullying – a violência moral entre os próprios alunos – também chocam educadores e familiares, inclusive ultrapassando os muros da escola e chegando ao ambiente virtual, onde situações vexatórias de alunos podem ser acessadas por qualquer pessoa.

Apontar as causas para a violência no ambiente escolar é uma tarefa árdua, que demanda uma grande quantidade de informações, estatísticas, pesquisas e, até mesmo, suposições. Problemas familiares, de relacionamento, baixa autoestima, faltam de segurança, drogas, pouca participação dos familiares, exclusão social, entre outras, são algumas das possíveis origens para a violência. Na realidade, situações violentas no âmbito escolar espelham os problemas sociais e o clima violento presentes no País e no mundo.

Contudo, sabe-se que a solução para a violência não está unicamente

na repressão, mas sim num projeto político-pedagógico que contemple outras instâncias além do ensino-aprendizado. É preciso envolver os familiares, a comunidade e o poder público para que o problema seja discutido e novas ações sejam planejadas para minimizar o problema. Afinal, não é somente na escola que aprendemos novos valores e perspectivas.

Uma das soluções encontradas pelas escolas é envolver, cada vez

mais, os alunos em projetos fora da sala de aula, que tornem a experiência acadêmica muito mais ampla e prazerosa do que o ensino tradicional. É preciso que o professor esteja ciente de que, por vezes, se a classe vive situações conflituosas, vale mais a pena estimular uma conversa do que ministrar uma aula que não será bem aproveitada. Se o aprendizado do conteúdo é importante, fundamental mesmo é promover a criação de laços de solidariedade entre a comunidade acadêmica, fornecer subsídios para o exercício pleno da cidadania e preparar os estudantes para uma vivência ética em sociedade.

HISTORICO

Bullying é um termo da língua inglesa (bully = "valentão") que se refere

a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder.

((O bullying se divide em duas categorias: a) bullying direto, que é a

forma mais comum entre os agressores masculinos e b) bullying indireto, sendo essa a forma mais comum entre mulheres e crianças, tendo como característica o isolamento social da vítima. Em geral, a vítima teme o (a) agressor (a) em razão das ameaças ou mesmo a concretização da violência, física ou sexual, ou a perda dos meios de subsistência.

O bullying é um problema mundial, podendo ocorrer em praticamente qualquer contexto no qual as pessoas interajam, tais como escola, faculdade/universidade, família, mas pode ocorrer também no local de trabalho e entre vizinhos. Há uma tendência de as escolas não admitirem a ocorrência do bullyingentre seus alunos; ou desconhecem o problema ou se negam a enfrentá-lo. Esse tipo de agressão geralmente ocorre em áreas onde a presença ou supervisão de pessoas adultas é mínima ou inexistente. Estão inclusos no bullying os apelidos pejorativos criados para humilhar os colegas.

As pessoas que testemunham o bullying, na grande maioria, alunos, convivem com a violência e se silenciam em razão de temerem se tornar as "próximas vítimas" do agressor. No espaço escolar, quando não ocorre uma efetiva intervenção contra o bullying, o ambiente fica contaminado e os alunos, sem exceção, são afetados negativamente, experimentando sentimentos de medo e ansiedade.

As crianças ou adolescentes que sofrem bullying podem se tornar

adultos com sentimentos negativos e baixa autoestima. Tendem a adquirir sérios problemas de relacionamento, podendo, inclusive, contrair comportamento agressivo. Em casos extremos, a vítima poderá tentar ou cometer suicídio.

O(s) autor (es) das agressões geralmente são pessoas que têm pouca empatia, pertencentes à famílias desestruturadas, em que o relacionamento afetivo entre seus membros tende a ser escasso ou precário. Por outro lado, o alvo dos agressores geralmente são pessoas pouco sociáveis, com baixa capacidade de reação ou de fazer cessar

os atos prejudiciais contra si e possuem forte sentimento de insegurança, o que os impede de solicitar ajuda.

No Brasil, uma pesquisa realizada em 2010 com alunos de escolas

públicas e particulares revelou que as humilhações típicas do bullying são comuns em alunos da 5ª e 6ª séries. As três cidades brasileiras com maior incidência dessa prática são: Brasília, Belo Horizonte e Curitiba.

Os atos de bullying ferem princípios constitucionais – respeito à dignidade da pessoa humana – e ferem o Código Civil, que determina que todo ato ilícito que cause dano a outrem gera o dever de indenizar. O responsável pelo ato de bullying pode também ser enquadrado no Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que as escolas prestam serviço aos consumidores e são responsáveis por atos de bullyingque ocorram dentro do estabelecimento de ensino/trabalho.

CAUSAS DA VIOLÊNCIA ENTRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

Há pais que projetam na criança características indesejáveis e até odiosas que eles desprezam em si próprios. Por isso, mesmo dispondo de condições econômicas para mantê-la, acabam transferindo para outras pessoas a responsabilidade de sua educação.

Há pais que simplesmente ignoram a existência dos seus próprios filhos, para os quais não conseguem ter uma palavra de carinho, um gesto protetor. Essas: crianças ressentem-se física e psiquicamente da falta de afeto e por isso vivem doentes.

A indiferença de algumas mães é tão grande, que nem chegam a

perceber o que se passa com o filho, e espantam-se quando o médico constata o estado lamentável de seu frágil organismo.

Além disso, as crianças vítimas de casamentos desfeitos ou infelizes são frequentemente prejudicadas por vivenciarem situações agressivas, discussões e brigas violentas entre seus pais.

Quando o casal se suporta apenas por causa das crianças, essas acabam se transformando num motivo a mais de conflito. Pai e mãe passam, então, a manifestar sentimentos ambivalentes de amor e ódio em relação ao filho, o que acentua ainda mais o seu sentimento de culpa.

Além disso, é comum os pais usarem a criança como uma arma na sua

disputa emocional, ameaçando retirar-lhe o afeto caso ela demonstre preferência pela parte contrária. Vítima dessa chantagem, a criança acaba por sentir-se tão rejeitada e sem amor quanto a criança abandonada.

Presume-se, assim, que esses fatores interferem na formação da personalidade das crianças e adolescentes e, muitas vezes, contribuem para que se tornem agressivas e problemáticas

A sociedade, até bem pouco tempo, negava-se a assumir as

responsabilidades para com a criança abandonada.

Segundo Sá (1997, p. 10):

Atualmente, porém, a maioria dos países desenvolvidos dispõe de leis para proteção dos pequenos sem lar, embora as instituições, por melhores que sejam, nunca podem oferecer um substituto adequado para uma vida familiar feliz. No entanto, o amor, o carinho e a sensação de pertencer a um núcleo social são igualmente importantes para que o pequeno se torne finalmente um adulto maduro e construtivo.

A pedagogia do oprimido, definida por Freire (1981) como pedagogia

humanista e libertadora, tem dois momentos distintos: primeiro aquele em que os oprimidos vão desvelando o mundo de opressão e, segundo, aquele que transforma a realidade opressora e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o

resultado de uma violência, como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente, os constitui?

Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que

os configura como violentados, uma situação objetiva de opressão. Assim, quem inaugura o desamor, não são os desmandos, mas os que não amam, porque apenas se amam.

Freire (1981, p. 61) diz que:

Educador e educando (liderança e massa), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelála e assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar esses conhecimentos. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mas que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento.

A IMPUNIDADE E A LIBERAÇÃO

A delinquência juvenil, a cada dia, vem se disseminando no seio da

sociedade, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, pela desagregação da família, pela falta de orientação por parte dos pais e, sobretudo, pela impunidade e pela liberação do uso de drogas a jovens e adultos.

Com base nas afirmações de Teixeira (1981), a droga surge como uma necessidade dentro dos grupos, que são transgressores em essência. Em função do caráter de transgressão comum às gangues, muitos projetos se equivocam ao buscar a recuperação desses jovens através do trabalho. Eles se revoltam contra a condição de submissão e exclusão do grupo social ao qual pertencem e, portanto, sabem que as suas opções de trabalho são aviltantes.

A escola é um ponto importante nessa tarefa de solucionar o problema

da violência e delinqüência de adolescente, jovens e, até mesmo de crianças,

pois, como espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta. Isso é comprovado nas estatísticas apresentadas nos indicadores sociais, que referem que as escolas que permanecem abertas nos finais de semana, para uso da comunidade, conseguem quase eliminar o vandalismo em suas dependências.

Nesse contexto, o professor precisa lutar em busca de mudanças, pois

ele é, incondicionalmente, um agente de libertação e de transformação. É preciso constituir uma escola sem exclusão, sem elitismo, na qual todos se engajem e tenham voz e vez.

Além de uma escola pública melhor e que envolve a comunidade,

fazem parte da lista de ações recomendadas por quem estuda a violência uma polícia melhor equipada e um Poder Judiciário mais ágil e, se necessário, mais rigoroso.

VIOLENCIA NA ESCOLA

A educação não se manifesta, na sociedade, como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de manutenção ou transformação social. Com essa compreensão, a educação se mostra como redentora da sociedade, integrando harmonicamente os indivíduos no todo social já existente. Nessa perspectiva, ela é uma instância social voltada à transformação dos indivíduos, tornando-os autônomos, críticos, criativos e produtivos, capazes de desenvolver habilidades, de construir conhecimentos e de se apropriar dos valores éticos, necessários à convivência social,

Para o professor, a escola não é lugar de reprodução das relações de

trabalho alienados e alienantes. As relações sociais, que se dão no interior da escola, são pautadas em valores morais que definem como o educador deve agir com seu aluno e este, com seus professores e colegas. A prática dessas relações forma moralmente os alunos.

Oferecer um tratamento igualitário a todos deve ser a principal meta da escola, considerando que todas as pessoas têm os mesmos direitos, o que configura um dos princípios fundamentais das relações humanas, que mostra a importância da justiça para a formação do cidadão.

A agressividade humana e os comportamentos violentos dela

decorrentes decorrem de diversos fatores sociais, de contextos culturais e de sistemas morais. A escola, sobretudo, a pública, costuma receber um público heterogêneo. A relação da escola com a comunidade é também fonte rica de convivência com política e competência técnica.

Na abordagem da violência nas escolas públicas, precisa-se considerar o atual contexto sociocultural, entendendo-se que esse enfoque ajuda a compreender a complexidade da problemática educacional identificada no quotidiano da sala de aula.

A criação de um clima favorável ao aprendizado depende do compromisso do professor em aceitar as contribuições dos alunos, respeitandoos, mesmo quando se manifestarem de forma confusa, incorreta, mostrando, assim, a importância do respeito às diferenças individuais, ao pensamento discrepante e às preferências de cada indivíduo, por parte do grupo, assegurando a participação de todos os alunos.

Sente-se uma grande preocupação com a busca de compreender a amplitude dos problemas educacionais, visando ao melhor desempenho do professor e contribuindo com o aperfeiçoamento qualitativo do ensino.

A violência na escola pública é um tema de grande relevância, inserido no processo educacional. Muito se tem abordado sobre esse assunto e muitas pesquisas já foram direcionadas nesse campo. Partindo desses pressupostos, é preciso analisar pessoas, ideias e atitudes que interferem na motivação e aprendizagem.

Ficam claros os fatores que interferem na aprendizagem, relacionados

ao professor, aluno, à família, à escola e ao Estado. Muitas pesquisas apontam a desmotivação dos professores diante de sua

má remuneração, seu desprestígio e por serem submetidos a jornadas de trabalho excessivas e exaustivas, o que os incapacita de satisfazer suas necessidades básicas de uma forma digna.

Quanto ao aluno, têm-se levado em conta os seus problemas socioeconômicos e os fatores psicológicos, decorrentes da situação de pobreza dos pais, dos desajustes familiares e, sobretudo, da carência afetiva.

Na escola, observa-se a falta de participação dos professores, dos alunos, dos pais e da comunidade no processo educacional, além da ausência de compromisso com oferecer uma educação voltada à transformação e à construção da cidadania.

No Estado, a política de baixos salários, a falta de condições humanas e materiais e a má administração dos recursos públicos também são fatores que se consideram como geradores da violência na escola e na sociedade, de modo geral.

BULLYICIDIO

Este sentimento não é incomum, exploramos um estudo realizado pela Universidade de Yale nos Estados Unidos ("Bullying and suicide. A review", realizado em 2008 pela Dra. Young-Shin Kim, pertencente ao centro de estudos de crianças, e pelo psiquiatra Dr. Bennett Leventhal), que identificou o Bullying como uma das principais causas do suicídio de crianças e adolescentes. E mais, que o suicídio é a 3ª maior causa de mortalidade no mundo, nesta faixa etária, atrás apenas dos acidentes de trânsito e homicídios

O estudo também revelou que 19% dos alunos entrevistados pensaram em se suicidar; 15% traçaram estratégias para cometer o suicídio; 8,8% executaram os planos suicidas e foram interrompidos por outrem e, 2,6% foi a porcentagem das tentativas sérias o bastante que exigiram intervenções e acompanhamento médicos permanentes.

Dentre os casos mais chocantes de bullycídio, podemos mencionar o

do aluno Curtis Taylor, da escola secundária em Iowa, Estados Unidos, vítima por três anos ininterruptos de violência escolar (espancamentos no vestiário, pertences danificados e arremessos diários de leite achocolatado em sua camisa) suicidou-se em 21 de Março de 1993, bem como o trágico episódio que ocorreu com Jeremy Wade Delle. O aluno se matou aos 15 anos dentro da sala de aula, na presença dos demais alunos e da professora, como forma protesto ao Bullyingsofrido (em 8 de janeiro de 1991, numa escola do Texas nos Estados Unidos).

Portanto, as consequências do bullying não se esgotam em problemas

de rendimento escolar ou relacionamento social do aluno, seus efeitos podem ser devastadores, ocasionando tanto casos de automutilação, como o próprio "bullycídio".

O BULLYING NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A agressão - quase sempre desencadeada por alguma frustração - é

um comportamento que possui a intenção aparente de machucar outra pessoa, sendo às vezes, motivado pela disputa de algum objeto.

A agressividade nesta fase tende a sofrer mudanças em sua forma, frequência e na motivação para esta ação. Ao longo dos anos a agressividade tende a diminuir ou modificar-se conforme a criança passa pelas etapas do seu desenvolvimento cognitivo; vivencia experiências construtivas; socializa-se e encontra nos pais ou professores um mediador para as suas ações.

Para agirmos de forma assertiva nos momentos de conflitos precisamos conhecer as etapas no qual as crianças se encontram e, para isso, tomo como ponto de partida as ideias de Jean Piaget.

Para Piaget o desenvolvimento cognitivo é um processo contínuo no

qual o indivíduo constrói e reconstrói estruturas em busca de um equilíbrio. Dessa forma o indivíduo passa por várias fases de desenvolvimento denominadas por

Piaget como "Estágios", e os classifica em quatro etapas.

Neste capítulo veremos brevemente as duas primeiras, pois, são elas que aparecem durante o tempo em que a criança se encontra na educação infantil.

A primeira etapa é a Sensório-Motora, e se estende do nascimento até os dois anos de idade. A segunda etapa é a Pré-Operatória, abrangendo as crianças de dois a sete anos de idade.

Observamos acima que há um indicativo de idade para cada estágio. É

importante lembrar que essas faixas etárias são variáveis. Isso porque cada ser humano é singular, possuindo características biológicas próprias e estímulos externos diferentes que formam as variantes destes indicativos. O mais importante é lembrar que a ordem dos estágios é sempre respeitada indiferente do início e término de cada uma delas.

No primeiro estágio, o Sensório-Motor, as crianças:

Agem por meio dos reflexos neurológicos.

Participam do mundo de forma direta, objetiva sem formular reflexões e pensamentos.

Conhecem o mundo pelos sentidos, levando os objetos até a boca e prestam atenção em cada ruído ocorrido a sua volta.

Desenvolvem-se emocionalmente.

Criam a noção do tempo, espaço e objeto por meio da ação.

Através da construção destes esquemas as crianças assimilam o mundo a sua volta. E, ao término deste estágio, pode perceber-se parte de um conjunto, no qual ações e interações acontecem.

A fala é construída neste estágio e justamente por não dominá-la a criança opta por comunicar-se principalmente pela linguagem corporal, utilizando o choro, a mordida, a birra, a manha, as expressões faciais e os gestos para interagir com o meio.

Neste estágio de desenvolvimento cognitivo, os conflitos que ocorrem entre as crianças em casa e também na escola são iniciados, geralmente, pela disputa de um brinquedo, de um livro, pela posição ao sentar-se na roda ou mesmo pela atenção do professor, avôs, pais.

A criança não morde o colega da turma, por exemplo, porque tem a intenção de machucá-lo, de feri-lo gratuitamente como ocorre no bullying. Essas agressões ocorrem por ser o caminho mais curto para alcançar o seu objetivo.

No segundo estágio, denominado por Piaget como Pré-Operatório:

Ocorre o despertar da comunicação, a criança ganha ano a ano um vocabulário cada vez mais extenso, facilitando a socialização.

Conhece e gosta de brincar com o outro, interagir e se comunicar.

Há um avanço no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo em decorrência da aquisição da linguagem.

Este é o estágio no qual a famosa frase “mas por quê?” aparece. Para a criança tudo tem que ter uma explicação. Nesta etapa ela tende a não relacionar fatos e, embora haja um avanço no desenvolvimento social da criança, o egocentrismo, ainda assim, é marca registrada desta etapa uma vez que, a criança, não concebe a existência de outras realidades na qual ela não faça parte.

Os conflitos entre os colegas da classe continuam a existir, seja pela disputa por algum objeto ou pela atenção de uma pessoa querida. Como antes, a criança ainda pode resolvê-los de forma a utilizar a linguagem corporal (birra, mordida, choro) como tentativa de resolução do conflito, mas esta escolha tende a diminuir.

Como adquiriu um vocabulário mais extenso neste estágio, a criança pode recorrer ao professor e contar o que houve. Observamos que, por volta dos cinco e seis anos de idade, a criança é capaz de inventar apelidos pejorativos para seus colegas de turma, criar panelinhas, excluir, provocar e até humilhá-los.

Desta forma, ao conhecermos estes dois estágios podemos entender que uma mordida ocorrida durante um conflito entre crianças de dois anos deve ser interpretada e mediada de forma diferente se ocorrida entre crianças de cinco e seis anos de idade.

Na escola, o professor de educação infantil, assim como os outros profissionais envolvidos no processo de educação das crianças pequenas, propicia a elas a proteção e a segurança necessária para que estas se sintam confortáveis longe de seus lares.

Quando uma criança busca o seu professor para resolver algum conflito existente durante a sua rotina na escola, ela espera que este, de fato, dê importância para a sua causa e resolva a questão.

Muitas vezes e por inúmeros motivos, essa intermediação por parte do educador para com o problema colocado pela criança não ocorre. Acentuando a tendência do aluno de não contar para o professor as suas inquietações e preocupações.

Para mediar os conflitos e as situações de agressividade ocorridos em

sala de aula de maneira assertiva e construtiva, primeiro é preciso entendê-los. E nada melhor do que começar dando atenção aos envolvidos nestes episódios.

É importante pensarmos que todo conflito envolvendo agressividade entre as crianças na educação infantil deve ser uma ponte que os leva a um caminho de autoconfiança e construção.

Por isso, o papel dos pais e dos professores em mediar essas situações é tão importante quanto conhecer o estágio de desenvolvimento que a criança se encontra.

Ao pensarmos em uma situação no qual, como consequência de um atrito, uma criança de dois anos bate ou morde um colega da sua turma, não podemos dizer que esta é uma criança agressiva e que possui um transtorno de conduta.

Com esta idade o seu melhor e mais rápido mecanismo para alcançar o

seu objetivo é por meio da linguagem corporal e pode utilizar-se da mordida com essa finalidade. A criança não entende que está machucando, pois o seu estágio atual do

desenvolvimento cognitivo não permite que esta se coloque no lugar do outro.

Já nesta idade é preciso estabelecer limites, os pais e os professores

devem deixar claro e sempre lembrá-los do que é permitido e o que não é. Birra, mordida, chute não é um comportamento adequado porque fere o outro e, por isso, não deve ser permitido.

Neste caso, os pais e os professores podem:

Agir com tranquilidade e naturalmente.

Mostrar que a atitude não foi correta ao morder ou bater.

Não supervalorizar a agressão.

Estipular limites.

Sempre evitar que se machuquem e machuquem o outro.

Para amenizar os conflitos entre as crianças de 0 a dois anos de idade

e, na tentativa de diminuir as agressões físicas como as mordidas, o professor pode trabalhar com brincadeiras e jogos cooperativos.

Criar muita ansiedade e tencionar ainda mais o conflito são desnecessário já que estas atitudes são típicas do primeiro estágio, e tendem a diminuir com o tempo.

No intuito de prevenir que os nossos filhos se envolvam com o fenômeno bullying no futuro, os sentimentos de amizade, respeito, carinho, união, alegria e tristeza devem fazer parte das atividades e do cotidiano da casa.

No segundo estágio de desenvolvimento, o Pré-Operatório, vimos que a criança já é capaz de agredir intencionalmente e, por volta dos cinco anos de idade, é capaz de inventar apelidos, formar panelinhas e até mesmo fazer "brincadeiras" de mau gosto.

Podemos notar que os conflitos existentes nesta etapa da educação infantil tornam-se diferentes; se antes a agressão acontecia pela disputa de um objeto, agora ela pode ser verbal e intencional.

É neste momento que o papel dos pais no combate e prevenção ao bullying é extremamente importante. É preciso trabalhar tanto com a criança que inventa apelido e faz gozações, quanto com aquela que recebe estas ações e não sabe como sair destas situações constrangedoras. E os pais podem ajudar os professores contando como a criança é em casa e ouvindo como a criança é na escola.

É nesta fase que os comportamentos de agressões físicas e morais e a baixa auto estima devem ser trabalhados evitando que tais características se acentuem.

A personalidade da criança é construída nos primeiros anos de vida e

coincide com sua passagem pela educação infantil. Por isso, o papel e o exemplo dos pais e dos professores e, também, a forma com que eles resolvem os conflitos do dia a dia, ajudam a formar a base da educação da criança, evitando até mesmo que se envolvam com o fenômeno no futuro, seja como alvo ou autores de bullying.

Porém, como saber se a agressividade é ou tornou-se um desvio de conduta?

Neste capítulo vimos que cada estágio do desenvolvimento cognitivo possui suas características próprias e algumas ações são esperadas ou aceitas como parte integrante destas etapas.

Pensando na agressividade, esta tende a diminuir a partir do momento que a criança domina a linguagem, desenvolve-se emocionalmente e socialmente e passa para outro estágio. Porém, o que fazer quando a agressividade na criança não diminui? Primeiro é preciso observar, refletir e entender alguns fatores importantes.

O comportamento agressivo pode ser acentuado ou atenuado de acordo com o ambiente familiar no qual a criança está inserida. Um aluno que vive em um lar cuja violência física e verbal acontece constantemente pode aprender com os exemplos e tornar-se agressivo na escola.

Ou então, uma criança extremamente mimada e que não possui em casa limites para as suas atitudes, encontra dificuldades na hora de dividir brinquedos e a atenção com os colegas durante a sua permanência na escola, podendo escolher o caminho da agressividade como válvula de escape.

Quando a criança pequena entra na escola, é muito marcante para ela, principalmente nos seus primeiros meses na escola, a diferença que é estar em casa e estar na escola.

Em casa, a criança geralmente é o centro das atenções, mesmo antes de nascer já conquistou a família e, caso não seja o único filho, quando tem que dividir seus brinquedos é apenas entre os seus irmãos.

Na escola, inserir-se no grupo é tarefa difícil para muitos. A criança divide a atenção da professora com os seus colegas de classe, assim como divide o brinquedo, o lugar ao lado de determinado amiguinho e os espaços escolares.

Os conflitos surgem, e a agressividade pode aparecer como consequência.

Algumas situações são extremamente marcantes na vida das crianças: a separação

dos pais, a perda de um animal de estimação, a morte de uma pessoa próxima a ela, o melhor amigo que foi para outra cidade, a mudança de casa e de escola, a viagem longa do pai ou da mãe.

Todos estes acontecimentos geram uma enxurrada de sentimentos que, muitas vezes, a criança não sabe como lidar. Quantos casos nós já ouvimos ou presenciamos de comportamentos agressivos em crianças que acabaram de ganhar um irmãozinho? Com o tempo ela aceita o novo membro da família, mas naquele momento, a agressividade foi à forma que encontrou de se expressar e de interagir.

Os pais e os professores de educação infantil devem mediar os conflitos levando-os sempre a um crescimento, a uma construção. Porém, durante o seu convívio com as crianças na escola, o professor pode deparar-se com situações em que a resolução não está mais em suas mãos.

É muito importante entender que, quando a agressividade persiste por muito tempo sem que haja aspectos momentâneos que estejam acarretando a sua permanência, podemos dizer que há um desvio de conduta. Neste caso, o professor deve pedir aos pais para buscarem a ajuda de um especialista.

Devemos destacar que a agressividade existe na educação infantil e

que, como já vimos, pode ser desencadeada pela falta de limites, ausência de carinho e atenção, acontecimentos passageiros na vida da criança, ou até mesmo por não saber interagir com o outro senão, por meio da agressão.

Os pais devem mostrar a seus filhos outras maneiras de resolver os conflitos sem a utilização da violência, evitando encaminhar ao especialista, crianças que não possuem transtorno de conduta.

Quando há a necessidade de um encaminhamento, este deve ser baseado em fortes indícios, uma vez que a agressividade está presente na educação infantil, de forma natural.

Enfim, nem sempre a agressividade está ligada a um desvio de conduta, da mesma forma que nem todas as brigas existentes entre os alunos podem ser caracterizadas como bullying.

Prevenir o bullying, ainda na educação infantil, é uma medida importante para poupar nossos filhos de futuros sofrimentos causado pelo fenômeno.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A importância dada aos conteúdos escolares revela um compromisso da instituição escolar com garantir o acesso aos saberes sistematizado que se agregarão àqueles construídos socialmente. Os saberes assim elaborados se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições em relação a crenças, dogmas e à petrificação de valores.

Uma importante conquista da Constituição de 1988 foi definir, em seu artigo 208, § 1o, que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 1988), conquista mantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9394/96, no seu artigo 5o. (BRASIL, 1996), que assegura que:

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

Essa LDB nº. 9394/96, no inciso X, artigo 3o (BRASIL, 1996), é a primeira de leis educacionais brasileiras a expressar uma concepção de educação que ultrapassa os muros da escola, apoiando-se no princípio da valorização da experiência extraescolar. Assim, reconhecer a vinculação da educação com o mundo trabalho e a prática social estão asseguradas no § 2o., artigo 2º. da LDB (BRASIL, 1996).

No Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) a relação de situações consagradas na legislação tutelar do referido diploma legal produz a necessidade de profundas adequações na grande maioria dos modelos educacionais em vigor.

Esse Estatuto propõe uma escola transparente e democrática, participativa e comunitária como um espaço cultural e de socialização de pessoas em desenvolvimento, uma escola formadora de cidadãos, pessoas preparadas para o exercício de direitos e o cumprimento de deveres sinônimo de cidadania.

Compete ao Conselho Tutelar atender à criança e ao adolescente, assim como a seus pais ou responsáveis, toda vez que se afigurar uma situação de risco pessoal ou social. A importância do valor justiça para a formação do cidadão é evidente.

Na realidade, as crianças ensinam muito aos adultos: basta observá-las e amá-las, dando-lhes afeto e carinho.

Existem alguns caminhos que conduzem a mudanças de atitudes como docentes, pois a motivação é fato preponderante no processo de aprendizagem, tanto para o aluno, como para o professor. Cada sociedade, cada país é composta de pessoas diferentes

entre si. Essa diversidade, frequentemente, é alvo de preconceitos e discriminações, o que gera conflitos e violências.

Na perspectiva da minimização da violência na escola, é preciso que a escola desenvolva um trabalho de incentivo ao professor no sentido de se dedicar à leitura e a um planejamento mais reflexivo sobre a realidade do aluno, promovendo debates, discussões, que envolvam toda a escola e a comunidade no sentido de fazer valer seus direitos e deveres como cidadãos. Compreende-se que uma educação transformadora tem que se fundamentar nas concepções críticas da sociedade. Cada sociedade, cada país é composta de pessoas diferentes entre si.

Essa diversidade frequentemente é alvo de preceitos e discriminações, o que resulta com conflitos e violências.

Para finalizar, considera-se que, apesar das dificuldades existentes no meio educacional, confia-se no trabalho da escola e na eficiência do professor para solucionar o problema da violência na escola e na sociedade, pois o somatório desses esforços, com certeza, contribuirá para a formação de um homem crítico, consciente e apto para o exercício da cidadania e a um convívio social mais humano e harmonioso.

O PAPEL DA ESCOLA

Atualmente, diversas pesquisas e programas de intervenção AntiBULLYING vêm se desenvolvendo na Europa e na América do Norte. Um projeto internacional europeu, intitulado Training and Mobility of Research (TMR) Network Project: Nature and Prevention of Bullying, mantido pela Comissão Européia, teve a sua conclusão em 2001 e engloba campanhas do Reino Unido, Portugal, Itália, Alemanha, Grécia e Espanha.

Diversas discussões com os representantes das escolas participantes no programa foram desenvolvidas para obtenção de alguns princípios básicos na política de intervenção, e estabeleceu-se que, em cada unidade de ensino seria criado um Conselho formado por representantes da comunidade escolar, capaz de definir e priorizar as ações de acordo com os contextos sociais e políticos locais, buscando-se, assim, as soluções mais factíveis para a resolução dos problemas relacionados ao bullying.

No Brasil, o bullying ainda é pouco pesquisado, comentado e estudado, motivo pelo qual não temos indicadores que nos forneçam uma visão global para que possamos compará-lo aos demais países, a não ser dados de alguns estudos.

A Promotoria de Justiça elaborou um requerimento para acrescentar os casos de bullying ao Disque 100, número nacional criado para denunciar crimes contra a criança e ao adolescente. O documento foi enviado para o Ministério da Justiça e à Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Além disso, já existe um projeto de lei, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo.

O bullying cada vez mais assume proporções alarmantes, atingindo todas as faixas etárias (Abrapia, 2006), desde o nascimento à morte do indivíduo, e sendo cada vez maior o número de praticantes.

Muitos pesquisadores em todo mundo estudaram este fenômeno e, nas suas pesquisas, concluíram que o bullying está a alastrar a todas as classes sociais e há uma tendência para o aumento desse comportamento com o avanço da idade (Abrapia, 2006). De notar que os adolescentes que praticam bullying têm mais probabilidade de praticar violência doméstica durante a idade adulta (Pereira, 1997).

Segundo Almeida:

(cit. in Cortellazzi, 2006:1), os casos de bullying não se resumem a conflitos acidentais mas a "situações reiteradas que geram mal-estar psicológico e afetam a segurança, o rendimento e a frequência escolar", uma vez que o objetivo do agressor é o de ganhar controlo sobre a vítima (Carvalhosa, Lima e Matos, 2001).

Segundo Beane:

(cit. in Marques, 2006:1), o bullying é uma disciplina da violência e, dentro desta, vale tudo, sendo cada vez mais comuns os alunos mais velhos e com maior popularidade intimidarem os mais novos, uma vez que estes são, à partida, vítimas fáceis (Carvalhosa, Lima e Matos, 2001).

O bullying assume duas formas: o bullying físico/direto e o bullying social/indireto (Marques, 2006).

O bullying físico/direto chama-se assim porque se caracterizam pela violência de caráter físico, como bater e empurrar, sendo também a prática mais comum dos rapazes.

Por sua vez o bullying social/indireto, assume esta definição por se

voltar para a vertente psicológica, sendo mais praticado por raparigas e cujo objetivo principal é o de levar a vítima ao isolamento social, regra geral através de práticas como espalhar histórias maldosas, rejeitar, ofender e gozar com os aspectos socialmente significativos da vítima (Wikipédia, 2007; McCarthy,

Sheehan, Wilkie e Wilkie, 1996:50).

O bullying ocorre em qualquer lugar, data e hora onde as pessoas interajam umas com as outras, sendo a escola o local onde mais casos se dão (Wikipédia, 2007).

Porém, o bullying não ocorre unicamente nas escolas, atuando em todos os locais onde as pessoas interajam como é o caso do local de trabalho e da Internet [o chamado cyber-bullying], entre outros.

CIBERBULLIYING – PERIGO ANONIMO

A internet, que pode ser um instrumento de auxílio às vítimas também é usada por agressores em uma forma ainda mais prejudicial de bullying, o ciberbullying, que transfere para a internet as agressões que acontecem na sala de aula, no pátio e nos arredores do colégio, transcendendo os limites da instituição de ensino. Hostilidades sempre existiram no ambiente escolar, mas elas se potencializam na rede mundial de computadores, diante da facilidade atual de criar páginas e comunidades na internet. Para humilhar colegas de escola, os meios utilizados vãos desde e-mails e mensagens de celular, passando por fotografias digitais e montagens degradantes, a blogs com mensagens ofensivas. Os ataques também tomam forma em vídeos humilhantes e ofensas em salas de bate-papo.

"No mundo real, a agressão tem começo, meio e fim. Na internet, ela não acaba, fica aquele fantasma", compara Rodrigo Nejm, psicólogo e diretor de prevenção da SaferNet Brasil, ONG cujo foco é desenvolver trabalhos contra a pornografia infantil na web. O resultado preliminar de uma enquete sobre segurança na internet realizada no site da ONG assusta: 46% de 510 crianças e adolescentes que responderam ao questionário afirmam que foram vítimas de agressões pela internet ao menos uma vez; 34,8% dizem que foram agredidos mais de duas vezes.

"A forma virtual é mais fácil de ser empregada do que as demais (física, verbal, sexual, material, psicológica), pois basta um toque na tecla 'enviar' para que os ataques se tornem reais. Tudo pode ser feito de forma anônima",. Na escola, a identificação é mais fácil. Dependendo do grau de intensidade, as consequências podem incidir na saúde física, mental e na aprendizagem. Na Inglaterra, essa forma de praticar bullying foi responsável pelo suicídio de alguns adolescentes. E nesta categoria de bullying, não só os colegas da escola são vítimas, mas também professores, coordenadores e diretores de escolas.

“Qualquer um de nós pode se tornar vítima de ataques virtuais e se deparar com fotografias montadas, piadinhas, comentários sexistas ou racistas sobre nossa própria intimidade”.

Segundo um estudo inglês encomendado pela Secretaria da Educação

da Inglaterra, a popularização de equipamentos eletrônicos e o acesso à web agravou os casos de bullyng. Na pesquisa, 70% das crianças entre 12 e 15 anos afirma já terem sido vítimas de ciberbullyng, que pode ser a publicação de foto montagens na internet, a divulgação de vídeos da criança sendo ofendida ou agredida por colegas entre outras formas de constrangimento.

No texto, os pesquisadores afirmam que o bullyng é registrado em diversos países e culturas e pode gerar distúrbios graves nas crianças vítimas deste tipo de assédio. Entre as consequências estão o isolamento da criança, a piora no seu nível de aprendizado e a formação de pessoas violentas. O estudo sugere uma ação mais ativa por parte das instituições de ensino para identificar e punir alunos que agridem colegas e sugere que o tema seja discutido em sala de aula, a fim de gerar uma cultura contra o bullying.

Algumas instituições brasileiras de ensino já têm tomado providências práticas para coibir o bullying. Na Escola Estadual Professor Walfredo Arantes Caldas, de São Paulo, alguns professores montaram um blog que informa e discute o problema com seus alunos.

LOCAL DO TRABALHO

A forma mais comum dos casos relacionados ao fenômeno bullying acontece entre crianças e adolescente nas escolas. Porem, outro lugar para atentarmos a este tipo de violência é no trabalho.

Por conta do massacre ocorrido na escola de Realengo, no Rio de Janeiro, muito se tem comentado na agenda pública sobre a prática do bullying. este comportamento também pode acontecer no ambiente de trabalho quando um grupo de funcionários, em geral colegas de trabalho influentes, passam a violentar física ou psicologicamente outros colegas.

Algumas formas mais comuns de manifestação do bullying no ambiente de trabalho são:

- espalhar comentários maldosos sobre os colegas;
- isolar propositadamente a vítima, incluindo intimidação a pessoas que queiram. se relacionar com ela;
- ridicularizá-la sobre a forma de se vestir, a religião, a etnia, incapacidades ou deformidades;
- insultar a vítima, principalmente na frente de outras pessoas;
- dizer que a pessoas não serve

para nada ou não aprende o que foi ensinado, colocando em cheque sua autoestima;

- ataques físicos ao corpo da pessoa, principalmente nos banheiros da empresa, durante o banho ou a troca de roupas;

- esconder pertences e fazê-la acreditar que „roubaram';

- dar ordens à vítima para que ela se comporte de maneira que não quer sob ameaças de maus-tratos;

- usar as redes sociais e outras tecnologias de informação para constranger a vítima; - chantagear.

No ambiente corporativo, as vítimas de bullying normalmente são

pessoas com características similares às que sofrem bullying na escola, ou seja, pessoas mais tímidas, ou com características físicas mais peculiares, pessoas que não conseguem se defender quando a prática começa, ou pessoas „invejadas' pelos valentões, ou por comportamentos ou por resultados que alcançam. O bullying no trabalho é uma ação agressiva permeada por uma relação de poder injusta e egoísta, como gestos, palavras, comportamentos e atitudes que atente por sua repetição, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho. Pode acontecer em qualquer empresa ou ambiente de trabalho, da maior corporação ao menor negócio.

O bullying pode assumir muitas formas: atitudes humilhantes que vão desde o isolamento, passa pela desqualificação profissional e acaba no terrorismo visando à destruição psicológica da vítima; ignorar as contribuições ou as comunicações de um trabalhador; excluir funcionários do circuito de informações ou reuniões importantes; dar inícios a boatos destrutivos; constranger em público; assédio sexual; gritar com o funcionário ou ainda dar as piores tarefas ou áreas de trabalho.O bully, ou seja, o autor do bullying pode ser uma pessoa, um grupo ou todo um departamento. Os bullies de local de trabalho exercem algum tipo de poder, ou simplesmente tem ascendência psicológica sobre os mais fracos, descarregando sua agressividade cotidiana em indivíduos ou vítimas; utiliza-se de várias estratégias dissimuladas em atitudes e gestos, nos olhares e risadinhas, nos comentários racistas, nas ridicularizações, através de imitações de gestos, trejeitos, voz, modo de caminhar e de atuar, no controle excessivo de horários de chegada, de saída, de ida ao sanitário, na convocação de horas-extras apenas para assediar sem testemunhas, na ameaça constante de demissão ou nas agressões verbais. A razão de natureza pessoal pode ser a inveja que um colega desperta em outro. Os chefes bullies não proporcionam liderança verdadeira. Em lugar disso, intimidam, culpam, distorcem a realidade, são desonestos e/ou criam caos permanentemente.

As vítimas de bullying no local de trabalho, geralmente sofrem em silêncio, por medo de perder o emprego. Para dar fim aos abusos, muitas delas largam o trabalho. Estas não têm, pela função exercida ou por características pessoais, possibilidade de reagir, por isso, sofre intimidações psicológicas, que em longo prazo minam seu equilíbrio psíquico, o que produz graves formas de estresse nervoso, doenças físicas, baixa satisfação no trabalho e numerosas intenções de abandonar a organização.

Podem experimentar dores de cabeça, fadiga, transtornos no padrão de sono, perda ou ganho de peso, ansiedade, ataques de pânico, entre outros; podem ter sentimentos de confusão, raiva, culpa, vergonha, medo, terror, aflição, depressão, insegurança e isolamento.

Todos os locais de trabalho precisam ficar cientes da gravidade do bullying em seus ambientes para confrontar a situação quando ela ocorrer. Para proporcionar um local de trabalho saudável, faz-se necessário no ambiente onde esteja acontecendo o bullying, que a organização fique ciente do problema, aceite que tem um problema e faça um plano de ação sobre as mudanças necessárias para se tornar um lugar seguro para todas as pessoas trabalharem.Não existe receita pronta, pois cada indivíduo é um ser especial, com suas dificuldades e habilidades. Porém, no âmbito individual, tanto os bullies quanto as vítimas precisam de ajuda. Algumas vítimas conseguem encontrar suas próprias soluções e, com o tempo, superam seus traumas. No caso de não conseguir resolver os conflitos, o acompanhamento psicológico pode contribuir para uma melhora pessoal e profissional.

ADULTOS E IDOSOS TAMBEM SÃO VITIMAS FREQUENTES DE BULLYING

Entre vizinhos o assédio escolar normalmente toma a forma de intimidação por comportamento inconveniente, tais como barulho excessivo para perturbar o sono e os padrões de vida normais ou fazer queixa às autoridades (tais como a polícia) por incidentes menores ou forjados. O propósito desta forma de comportamento é fazer com que a vítima fique tão desconfortável que acabe por se mudar da propriedade. Nem todo comportamento inconveniente pode ser caracterizado como assédio escolar: a falta de sensibilidade pode ser uma explicação.

MILITAR

Compiegne, 1997.Em 2000, o Ministério da Defesa (MOD) do Reino

Unido definiu o assédio como : "...o uso de força física ou abuso de autoridade para intimidar ou vitimizar outros, ou para infligir castigos ilícitos". Todavia, é afirmado que o assédio militar ainda está protegido contra investigações abertas.

O caso das Deepcut Barracks, no Reino Unido, é um exemplo do

governo se recusar a conduzir um inquérito público completo quanto a uma possível prática de assédio escolar militar. Alguns argumentam que tal comportamento deveria ser permitido por causa de um consenso acadêmico generalizado de que os soldados são diferentes dos outros postos. Dos soldados se espera que estejam preparados para arriscarem suas vidas, e alguns acreditam que o seu treinamento deveria desenvolver o espirito de corpo para aceitar isto.

Em alguns países, rituais humilhantes entre os recrutas têm sido tolerados e mesmo exaltados como um "rito de passagem" que constrói o caráter e a resistência; enquanto em outros, o assédio sistemático dos postos inferiores, jovens ou recrutas mais fracos pode na verdade ser encorajado pela política militar, seja tacitamente ou abertamente. Também, as forças armadas russas geralmente fazem com que candidatos mais velhos ou mais experientes abusem - com socos e pontapés - dos soldados mais fracos e menos experientes..

ALCUNHAS OU APELIDOS.

Normalmente, uma alcunha (apelido) é dada a alguém por um amigo, devido a uma característica única dele. Em alguns casos, a concessão é feita por uma característica que a vítima não quer que seja chamada, tal como uma orelha grande ou forma obscura em alguma parte do corpo. Em casos extremos, professores podem ajudar a popularizá-la, mas isto é geralmente percebido como inofensivo ou o golpe é sutil demais para ser reconhecido. Há uma discussão sobre se é pior que a vítima conheça ou não o nome pelo qual é chamada. Todavia, uma alcunha pode por vezes tornar-se tão embaraçosa que a vítima terá de se mudar (de escola, de residência ou de ambos).

LEGISLAÇÃO

No Brasil, a gravidade do ato pode levar os jovens infratores à aplicação de medidas sócio-educativas. De acordo com o código penal brasileiro, a negligência com um crime pode ser tida como uma coautoria. Na área cível, e os pais dos bullies podem, pois, ser obrigados a pagar indenizações e podem haver processos por danos morais. Um das referências sobre o assunto, no Brasil, é um artigo escrito pelo ministro Marco Aurélio Mello, intitulado Bullying - aspectos jurídicos.

A legislação jurídica do estado brasileiro de São Paulo define assédio escolar como atitudes de violência física ou psicológica, que ocorrem sem motivação evidente praticadas contra pessoas com o objetivo de intimidá-las ou agredi-las, causando dor e angústia.

Os atos de assédio escolar configuram atos ilícitos, não porque não estão autorizados pelo nosso ordenamento jurídico, mas por desrespeitarem princípios constitucionais (ex: dignidade da pessoa humana) e o Código Civil, que determina que todo ato ilícito que cause dano a outrem gera o dever de indenizar. A responsabilidade pela prática de atos de assédio escolar pode se enquadrar também no Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que as escolas prestam serviço aos consumidores e são responsáveis por atos de assédio escolar que ocorram nesse contexto.

No estado brasileiro do Rio de Janeiro, uma lei estadual sancionada em 23 de setembro de 2010 institui a obrigatoriedade de escolas públicas e particulares notificarem casos de bullying à polícia. Em caso de descumprimento, a multa pode ser de três a 20 salários mínimos (até R$ 10.200) para as instituições de ensino. Na cidade brasileira de Curitiba todas as escolas têm de registrar os casos de bullying em um livro de ocorrências, detalhando a agressão o nome dos envolvidos e as providências adotadas.

NO BRASIL

Uma pesquisa do IBGE realizada em 2009 revelou que quase um terço (30,8%) dos estudantes brasileiros informou já ter sofrido bullying, sendo maioria das vítimas do sexo masculino. A maior proporção de ocorrências foi registrada em escolas privadas (35,9%), ao passo que nas públicas os casos atingiram 29,5% dos estudantes.

No Brasil, uma pesquisa realizada em 2010 com 5.168 alunos de 25 escolas públicas e particulares revelou que as humilhações típicas do bullying são comuns em alunos da 5ª e 6ª séries. Entre todos os entrevistados, pelo menos 17% estão envolvidos com o problema - seja intimidando alguém, sendo intimidados ou os dois. A forma mais comum é a cibernética, a partir do envio de e-mails ofensivos e difamação em sites de relacionamento como o Orkut.

Em 2009, uma pesquisa do IBGE apontou as cidades de Brasília e Belo Horizonte como as capitais brasileiras com maiores índices de assédio escolar, com 35,6% e 35,3%, respectivamente, de alunos que declararam esse tipo de violência nos últimos 30 dias.

O QUE A FAMILIA PODE FAZER

Apesar dessa constatação, não se pode cruzar os braços e deixar que as coisas aconteçam, sem que os educadores (primeiros responsáveis pela educação e orientação dos filhos e alunos) façam algo a respeito.

A educação pela e para a afetividade já é um bom começo. O exercício do afeto entre os membros de uma família é prática primeira de toda educação estruturada, que tem no diálogo o sustentáculo da relação interpessoal. Além disso, a verdade e a confiabilidade são os demais elementos necessários nessa relação entre pais e filhos. Os pais precisam evitar atitudes de autoproteção em demasia, ou de descaso referente aos filhos. A atenção em dose certa é elementar no processo evolutivo e formativo do ser humano.

O QUE A ESCOLA PODE FAZER

Em relação à escola, em primeiro lugar, deve conscientizar-se de que esse conflito relacional já é considerado um problema de saúde pública. Por isso, é preciso desenvolver um olhar mais observador tanto dos professores quanto dos demais profissionais ligados ao espaço escolar.

Sendo assim, deve atentar-se para sinais de violência, procurando neutralizar os agressores, bem como assessorar as vítimas e transformar os espectadores em principais aliados. Além disso, tomar algumas iniciativas preventivas do tipo: aumentar a supervisão na hora do recreio e intervalo; evitar em sala de aula menosprezo, apelidos, ou rejeição de alunos por qualquer que seja o motivo.

Também podem promover debates sobre as várias formas de violência, respeito mútuo e a afetividade, tendo como foco as relações humanas. Mas tais assuntos precisam fazer parte da rotina da escola como ações atitudinais e não apenas conceituais. De nada valerá falar sobre a não violência, se os próprios profissionais em educação usam de atos agressivos, verbais ou não, contra seus alunos. Ou seja, procurar evitar a velha política do "faça o que eu digo, não faça o que eu faço".

FILMES PARA INSTRUÇÕES NA ESCOLA

Abaixo, as indicações de Lidia Aratangy para exibições na escola.

Jamaica Abaixo de Zero.

Direção: Jon Turteltaub Aparentemente, um filme sobre o espírito esportivo. Mas é também uma obraprima sobre a solidariedade, o espírito de equipe e o respeito a si mesmo e ao outro. Fundamental.

O Clube da Felicidade e da Sorte. Direção: Wayne Wang

A história de quatro imigrantes chinesas nos Estados Unidos serve de pano de fundo Para lidar com o choque de gerações e o preconceito.

O Banquete de Casamento. Direção: Ang Lee

O filme aborda a questão da homossexualidade masculina de maneira leve, levando o espectador a se identificar com os personagens, abalando assim os estereótipos sobre o amor e a sexualidade.

O Sol É para Todos. Direção: Robert Mulligan

Um dos mais pungentes libelos contra o preconceito que o cinema já produziu.

Glória Feita de Sangue. Direção: Stanley Kubrick

Um filme sobre a irracionalide humana, que mostra o desvario das guerras e do conceito de heroísmo.

Este Mundo É dos Loucos. Direção: Philippe de Broca

A metáfora dos loucos que tomam conta da cidade abandonada provoca o questionamento sobre a inversão dos conceitos de sanidade e doença em nossa cultura.

O Inventor de Ilusões. Direção: Steven Sodesbourgh

Relata a saga de um garoto cuja mãe sofre reiteradas internações para tratamento de saúde. O menino vive com o pai em um quarto de hotel, em St. Louis, e passa por vicissitudes para lidar com a solidão, o desamparo e a fome.

Grand Cannyon. Direção: Lawrence Kasdan

Choque de gerações e de valores, num filme denso e emocionante.

Sociedade dos Poetas Mortos Direção: Peter Weir

O professor apaixonado e criativo leva seus alunos (e a plateia) a indagações sobre o significado do conhecimento e a importância da cultura.

O Feitiço do Tempo. Direção: Harold Banis

A história aparentemente despretensiosa do repórter ranzinza e egoísta que se transforma com a repetição reiterada de um único dia de sua vida evoca temas fundamentais como a solidariedade e o preconceito.

Edward Mãos de Tesoura. Direção: TIM Burton

Recorrendo ao mito do rapaz que pos-

suía duas tesouras no lugar das mãos, o filme trata com sensibilidade de questões como o desajeitamento do adolescente e o preconceito.

Todos os Corações do Mundo. Direção: Murilo Sales. O futebol serve de veículo para retratar diferentes expressões da emoção e momentos de solidariedade e confraternização

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este trabalho posso concluir que o bullying é uma constante nas nossas escolas e que, apesar do fenômeno ser conhecido e quase todos saberem o que é e que ele existe, é raramente admitida a sua existência naquele espaço em concreto, apesar de todos saberem que existe. O bullying tende a ser considerado um fenômeno a esconder, pois admitir a sua existência é um ato de coragem. As vítimas continuam a permanecer na escuridão, escondidas do mundo, enquanto os agressores são acompanhados e auxiliados a superar este problema.

Os principais envolvidos são crianças em fase de crescimento e aprendizado que necessitam de olhares atentos, de profissionais especializados, para evitar qualquer tipo de ameaça ao seu desenvolvimento e formação. Agressor, vítima ou testemunha, independente do lugar em que se encontram na formação do bullying sofrerão com as consequências dessa violência. Enquanto alguns conseguem se livrar do passado atormentador, outros podem carregar para a vida adultos resquícios do que participaram da adolescência.

A solução está na escola que com certeza é quem deve ter um papel mais eficiente, primeiramente conscientizando-se que o problema existe e depois fiscalizando, controlando, participando os pais dos fatos ocorridos no seu interior e principalmente preparando seus profissionais para enfrentar esse tipo de agressão. Os programas para redução do bullying escolar têm sido muito eficientes nos locais que são desenvolvidos e precisam ser mais utilizados pelas instituições de ensino.

A família é o ponto de partida para a análise do comportamento infantil. Através de um estudo da conduta de um agressor chega-se pontualmente ao ambiente em que vive e é a partir daí que se identificam os problemas que um jovem leva para escola. Suas ações e reações espelham o que ele presencia em casa. Por esse motivo é que os pais ou responsáveis devem participar da vida escolar do filho e no caso de omissão, serem responsabilizados solidariamente com a escola.

O estado através dos seus governantes tem a obrigação de olhar mais para a educação, dando o incentivo necessário para as instituições de ensino, que visam à formação do jovem. O Programa Educar para Paz elaborado por Cléo Fante é um exemplo de sucesso e deveria ser implantado em todas as escolas como forma de prevenir as manifestações do bullying escolar.

Sendo uma forma de violência, o bullying escolar deve ser combatido, evitado a todo custo, ser uma preocupação constante de todos, pois os envolvidos são jovens que precisam de atenção e afeto, de um tratamento diferenciado, pois eles estão em desenvolvimento e têm grandes expectativas para o futuro.

Precisamos reconhecer que o bullying escolar não é uma brincadeira de criança e é prejudicial para todos. Assumir nossa responsabilidade social e humana, afastando esse tipo de violência dos nossos jovens, é uma finalidade a ser atingida.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICAS

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

BARBOSA, Carlos Cezar. Responsabilidade civil do Estado e das instituições privadas nas relações de ensino. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

BULLYING, um crime nas escolas. ISTO É Independente. 2013.

CALHAU, Lélio Braga. Revista Jurídica Consulex, Brasília, ano XII, n. 276, p. 46-47, 15 jul. 2008.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 9. ed. São Paulo:Atlas 2010.

CEARÁ. Constituição do Estado do Ceará. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 1989.

CRETELLA JÚNIOR, José. Administração Indireta brasileira. 4ª. ed. atual., reescr. e rev. de acordo com a Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

COUTO, Sergio; SLAIBI FILHO, Nagib (Coord.). Responsabilidade civil: estudos e depoimentos no centenário do nascimento de José de Aguiar Dias (1906-2006). Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CURY, Munir (Coord.). Estatuto da criança e do adolescente comentado. 9. ed. atual. por Maria Júlia Kaial Cury. São Paulo: Malheiros, 2008.

FRIEDMANN, Adriana. Violência e Cultura de Paz na Educação Infantil. NEPSID. Disponível em: http://www.nepsid.com.br/artigos/violencia_e_cultura_de_paz.htm Acesso em: 09 set. 2022.

FUX, Luiz. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MAKARON, Sônia. Bullying: Como enfrentá-lo? Disponível em: http://www.bullying.pro.br/images/ pdf/ bullying_como_enfrentar.pdf acesso em: 16 set. 2022.

SILVA, Ana Beatriz B. Bullying: mentes perigosas na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.